BRASIL
Revista Digital
Ano 1 - N° 2

REVISTA

SOMTEA

AUTISMO NA INFÂNCIA: VOCÊ SABERIA RECONOCER

Os comportamentos que merecen atenção

QUANTAS MULHERES AINDA NÃO SABEM QUE SÃO AUTISTAS?

O impacto do diagnóstico na vida adulta

QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA?

O esgotamento silencioso das mães atípicas e a importância de cuidar da saúde emocional.

18 Junho

PELA PRIMEIRA VEZ, BRASIL CELEBRA OFICIALMENTE "Dia Nacional do Orgulho Autista"

EDITORIAL



Jose Leonardo Pena
Diretor Geral e Editor-Chefe
Embaixador TEA pelo Brasil

Chegar à segunda edição da Revista SOMTEA representa muito mais do que a continuidade de um projeto editorial. Representa a confirmação de que existe, em todo o Brasil, uma comunidade disposta a construir uma sociedade mais informada, mais inclusiva e mais humana para as pessoas autistas.

Desde o lançamento da nossa primeira edição, recebemos o carinho de famílias, profissionais, educadores, clínicas e instituições de diferentes regiões do país. Cada mensagem recebida reforçou a certeza de que estamos percorrendo o caminho certo: levar informação de qualidade, valorizar o conhecimento científico e dar visibilidade às histórias que merecem ser contadas.

A SOMTEA nasceu com um propósito claro: ser uma voz a favor da inclusão, do respeito às diferenças e da valorização das pessoas que diariamente trabalham para transformar vidas. Mais do que divulgar conteúdos, queremos fortalecer conexões, compartilhar experiências e inspirar mudanças reais.

Sabemos que os desafios ainda são muitos. Mas também sabemos que milhares de famílias e profissionais seguem avançando todos os dias, construindo oportunidades, derrubando barreiras e ampliando horizontes para as pessoas dentro do Transtorno do Espectro Autista.

Por isso, esta edição é também uma celebração. Uma celebração da dedicação das famílias, do compromisso dos profissionais e, principalmente, das conquistas de cada pessoa autista que diariamente nos ensina sobre superação, autenticidade e potencial.

A todos que acreditam neste projeto, nosso sincero agradecimento.

Seguimos juntos, levando a SOMTEA cada vez mais longe, com o compromisso de servir ao Brasil e contribuir para um futuro onde inclusão, respeito e conhecimento caminhem lado a lado.

José Leonardo Pena
Diretor Geral – Revista SOMTEA

CRÉDITOS

DIREÇÃO GERAL
Jose Leonardo Pena

EDIÇÃO
Dra. Sophia de Bru
Dr. Antonio Oliveira

DIREÇÃO DE ARTE
Gabriel Pereira
Ana Bianchi

COLABORAÇÃO TÉCNICA
Dra. Mariana Costa
Neurologia Infantil (Brasil)
Dr. Felipe Andrade
Psiquiatria do Desenvolvimento (Brasil)
Dra. Camila Rocha
Fonoaudiologia Clínica (Brasil)
Dr. Ricardo Martins
Terapia Ocupacional e Integração Sensorial (Portugal)
Dra. Juliana Freitas
Psicologia do Desenvolvimento (Brasil)
Dr. Eduardo Nunes
Neuropsicologia e Avaliação Cognitiva (Espanha)

ANO 1 Nº 2 – BR

INSTAGRAM
@autismo_somtea

E-mail:
autismo.somtea@gmail.com
TELEFONE:
(17) 99134-1887
(17) 98166-4257
SJRP – SP
CNPJ: 44.957.523/0001-04

GUIA PROFISSIONAL
SOMTEA

PREMIUM QUALITY

Encontre os melhores profissionais especializados em TEA em todo o Brasil.

PROFISSIONAIS VERIFICADOS



PROFISSIONAIS VERIFICADOS

ATENDIMENTO PRESENCIAL E ONLINE

DIVERSAS ESPECIALIDADES

CREDIBILIDADE E EXCELÊNCIA

ENCONTRE O PROFISSIONAL IDEAL PARA SUA FAMÍLIA!

Clique no botão abaixo e acesse a lista completa de especialistas.

ACESSAR GUIA PROFISSIONAL

PSICÓLOGOS • FONOAUDIÓLOGOS • TERAPEUTAS • ADVOGADOS • CLÍNICAS

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA. PROFISSIONAIS QUE FAZEM A DIFERENÇA.



QUANTAS MULHERES AINDA NÃO SABEM QUE SÃO AUTISTAS?

O impacto do diagnóstico na vida adulta

Durante décadas, o autismo foi amplamente estudado a partir de características observadas principalmente em meninos. Como consequência, milhares de meninas e mulheres cresceram sem receber o diagnóstico correto, enfrentando desafios diários sem compreender plenamente a origem de suas dificuldades. Hoje, especialistas em todo o mundo alertam para uma realidade que ainda permanece invisível para muitas pessoas: existe uma grande quantidade de mulheres autistas que nunca foram diagnosticadas.

A cada ano, mais mulheres adultas procuram avaliações especializadas após identificarem em si mesmas características que passaram despercebidas durante a infância e a adolescência. Muitas delas chegam ao consultório depois que um filho recebe o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), momento em que começam a reconhecer comportamentos, sensibilidades e experiências semelhantes às suas próprias vivências.

“Talvez a pergunta mais importante não seja apenas quantas mulheres ainda não sabem que são autistas, mas quantas delas finalmente terão a oportunidade de descobrir, compreender e acolher quem realmente são.”

O autismo feminino: uma realidade frequentemente invisível

Uma das principais razões para o diagnóstico tardio está relacionada à forma como o autismo pode se manifestar em mulheres. Diferentemente do perfil clássico descrito por muitos estudos antigos, inúmeras meninas desenvolvem estratégias de adaptação social desde muito cedo.

Esse fenômeno, conhecido como "camuflagem social" ou "masking", consiste na tentativa consciente ou inconsciente de imitar comportamentos sociais considerados adequados. Muitas mulheres observam colegas, aprendem roteiros de interação, reproduzem expressões faciais e ajustam sua comunicação para evitar julgamentos ou exclusão.

Embora essa capacidade de adaptação possa facilitar a convivência social em determinados contextos, ela também contribui para que sinais importantes do autismo permaneçam ocultos durante anos.

Quando o esforço para parecer "normal" cobra um preço alto

Por trás da aparente adaptação, muitas mulheres relatam um desgaste emocional intenso. Sensação constante de exaustão, ansiedade, crises de sobrecarga sensorial, dificuldades em relacionamentos, necessidade excessiva de rotina e sensação de não pertencimento são relatos frequentes.

Não raramente, essas mulheres recebem outros diagnósticos ao longo da vida, como ansiedade, depressão, transtornos alimentares ou síndrome do pânico, sem que a condição principal seja identificada.

Para muitas delas, a vida adulta torna-se uma sucessão de tentativas de se encaixar em padrões sociais que exigem um esforço contínuo e silencioso.

O momento do diagnóstico: alívio, respostas e recomeços

Receber o diagnóstico de autismo na vida adulta pode provocar sentimentos diversos. Inicialmente, algumas mulheres vivenciam surpresa, insegurança ou até mesmo resistência. No entanto, para a maioria, o diagnóstico representa um momento de profunda compreensão sobre sua própria trajetória.

Questões que antes pareciam inexplicáveis passam a fazer sentido. As dificuldades sociais, as sensibilidades sensoriais, os interesses intensos, a necessidade de previsibilidade e os períodos de esgotamento deixam de ser vistos como falhas pessoais e passam a ser compreendidos sob uma nova perspectiva.

Muitas relatam um sentimento de alívio ao perceber que não estavam "erradas", "exagerando" ou "falhando". Elas apenas processavam o mundo de maneira diferente.

O impacto positivo na qualidade de vida

O diagnóstico adequado possibilita acesso a informações, suporte especializado e estratégias que favorecem o bem-estar e a qualidade de vida. Também fortalece a autoestima e promove maior autoconhecimento.

Além disso, compreender o próprio funcionamento permite que essas mulheres estabeleçam limites mais saudáveis, façam adaptações em suas rotinas e busquem ambientes mais acolhedores para suas necessidades.

Outro aspecto importante é o fortalecimento da representatividade feminina dentro da comunidade autista. Quanto mais mulheres compartilham suas histórias, maior se torna a conscientização sobre a diversidade existente dentro do espectro.



Uma questão de conscientização e inclusão

Especialistas ressaltam que ainda há um longo caminho a percorrer para ampliar o reconhecimento do autismo em mulheres. Profissionais da saúde, educação e assistência social precisam estar atentos às diferentes formas de apresentação do TEA, considerando características que muitas vezes não correspondem aos modelos tradicionalmente conhecidos.

Da mesma forma, a sociedade deve compreender que o autismo não possui uma única aparência. Cada pessoa apresenta características únicas, e essa diversidade também inclui milhares de mulheres que passaram anos sem respostas.

A identificação precoce continua sendo fundamental. Porém, é igualmente importante lembrar que nunca é tarde para compreender a própria história.

BRASIL AVANÇA NA MODERNIZAÇÃO DAS LEIS E FORTALECE O RECONHECIMENTO DO TEA

Projeto aprovado na Comissão de Educação atualiza a terminologia legal e reforça a inclusão das pessoas autistas



Geraldo Resende é o relator do projeto

O Brasil deu mais um passo importante na construção de uma legislação alinhada aos avanços científicos e às demandas da comunidade autista. No dia 21 de maio de 2026, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou um projeto que atualiza diversas leis federais para adotar oficialmente a expressão "Transtorno do Espectro Autista (TEA)", substituindo terminologias antigas presentes em diferentes dispositivos legais.

Embora a proposta ainda precise seguir sua tramitação legislativa, a aprovação representa um avanço significativo no reconhecimento institucional das pessoas autistas e na adequação das normas brasileiras à linguagem atualmente utilizada pela medicina, pela educação e pelas políticas públicas de inclusão.

A mudança pode parecer apenas uma atualização de nomenclatura, mas especialistas destacam que a linguagem utilizada nas leis influencia diretamente a forma como a sociedade compreende determinadas condições e como os direitos são implementados na prática. Ao utilizar uma terminologia unificada e tecnicamente correta, o Estado fortalece a segurança jurídica e reduz interpretações divergentes que podem dificultar o acesso a direitos e serviços.

Nas últimas décadas, o conhecimento científico sobre o autismo evoluiu significativamente. Atualmente, o conceito de Transtorno do Espectro Autista reflete a compreensão de que existem diferentes perfis, níveis de suporte e características dentro de uma mesma condição do neurodesenvolvimento. Essa visão mais ampla permite compreender melhor a diversidade existente dentro da comunidade autista e contribui para a construção de políticas públicas mais eficazes.

A atualização proposta busca harmonizar o texto das leis brasileiras com essa realidade contemporânea. Além de promover maior precisão técnica, a iniciativa reforça o compromisso do país com a inclusão e com o respeito às pessoas autistas e suas famílias.

Para entidades ligadas à defesa dos direitos da pessoa autista, a medida possui também um importante valor simbólico. O reconhecimento adequado da terminologia demonstra que o poder público acompanha as transformações científicas e sociais relacionadas ao autismo. Em um cenário em que o diagnóstico tem se tornado cada vez mais frequente e a conscientização cresce em todo o país, a atualização legislativa representa um sinal positivo de avanço institucional.

A proposta surge em um momento em que o Brasil amplia debates sobre inclusão escolar, acesso a terapias, empregabilidade, acessibilidade e participação social das pessoas autistas. Diversos projetos em tramitação no Congresso Nacional buscam fortalecer garantias já existentes e criar novos mecanismos de apoio às famílias.

Outro aspecto relevante é que a atualização da terminologia contribui para a padronização dos documentos oficiais, facilitando a comunicação entre órgãos públicos, profissionais da saúde, educadores e operadores do direito. Essa uniformidade reduz ambiguidades e favorece a implementação de políticas mais consistentes em todo o território nacional.

Nos últimos anos, movimentos de autodefensores, familiares, pesquisadores e profissionais especializados têm defendido não apenas a ampliação dos direitos, mas também a necessidade de que as pessoas autistas sejam representadas de forma adequada em documentos oficiais, campanhas públicas e legislações. Nesse contexto, a atualização das leis é vista como parte de um processo mais amplo de reconhecimento e valorização da neurodiversidade.

Embora ainda existam desafios importantes relacionados ao acesso a serviços especializados e à efetivação dos direitos já garantidos por lei, a aprovação do projeto na Comissão de Educação demonstra que o tema permanece presente na agenda legislativa brasileira.

Mais do que uma mudança de palavras, a iniciativa representa um passo na direção de uma sociedade que busca compreender melhor o autismo, respeitar suas particularidades e fortalecer a inclusão em todas as áreas da vida social. Para milhares de famílias brasileiras, cada avanço legislativo simboliza a construção de um país mais preparado para reconhecer, acolher e garantir oportunidades às pessoas autistas.

A expectativa agora é acompanhar os próximos passos da tramitação do projeto e observar como essa atualização poderá contribuir para fortalecer ainda mais as políticas públicas voltadas ao Transtorno do Espectro Autista no Brasil.



“Reconhecer o autismo é reconhecer pessoas, histórias e potenciais.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

NOVA POLÍTICA NACIONAL PROMETE AMPLIAR A INCLUSÃO ESCOLAR EM TODO O PAÍS



Iniciativa do MEC busca fortalecer o acesso, a permanência e a participação de estudantes com deficiência e TEA nas escolas brasileiras.

Estados e municípios de todo o Brasil foram convidados pelo Ministério da Educação (MEC) a aderir à nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, uma iniciativa que busca fortalecer o acesso, a permanência e a participação de estudantes com deficiência, incluindo crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas escolas da rede regular de ensino.

A adesão, aberta em maio de 2026, representa um passo importante para ampliar ações voltadas à construção de ambientes educacionais mais acessíveis e preparados para atender a diversidade presente nas salas de aula brasileiras. A proposta prevê o fortalecimento de estratégias pedagógicas, formação de profissionais, ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e melhorias na estrutura das instituições de ensino.

Nos últimos anos, o número de estudantes autistas matriculados em escolas regulares cresceu significativamente em todo o país. Esse avanço demonstra a importância das políticas de inclusão, mas também evidencia a necessidade de investimentos contínuos para garantir que o acesso à escola seja acompanhado por condições adequadas de aprendizagem, participação e desenvolvimento.

Segundo o MEC, a nova política busca apoiar estados e municípios na implementação de práticas inclusivas que respeitem as particularidades de cada estudante. O objetivo é promover uma educação capaz de reconhecer diferentes formas de aprender, comunicar-se e interagir, valorizando a diversidade humana como parte fundamental do ambiente escolar.

Para especialistas em educação inclusiva, a iniciativa pode contribuir para reduzir barreiras que ainda dificultam a trajetória escolar de muitos alunos com deficiência e neurodivergências. Entre os desafios mais citados estão a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação, a adaptação de recursos pedagógicos e o fortalecimento da parceria entre escola, família e equipes multidisciplinares.

A abertura da adesão nacional também reforça o compromisso do país com os princípios da educação inclusiva estabelecidos pela legislação brasileira e por acordos internacionais de direitos humanos. Mais do que garantir matrícula, a proposta busca assegurar condições para que todos os estudantes possam participar plenamente da vida escolar.

A expectativa é que a ampliação das ações previstas pela nova política contribua para tornar as escolas brasileiras cada vez mais acolhedoras, acessíveis e preparadas para responder às necessidades de uma sociedade diversa. Para milhares de famílias, especialmente aquelas que convivem com o autismo, a medida representa mais um passo na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e com oportunidades para todos.

JUNHO 2026

AS HISTÓRIAS DE SAMUEL

CADA DESAFIO É UMA NOVA CONQUISTA

SOMTEA

O MUNDO GIRA COM O SAMUEL





NOSSA CAMINHADA COM O SAMUEL:

Amor, Luta e Resiliência no Autismo

Olhar para a trajetória que construímos ao lado do nosso filho, o Samuel, é olhar para uma história de desafios profundos, mas, acima de tudo, de um amor que desafia qualquer barreira. O Samuel é um autista nível 3 de suporte, não verbal. A nossa rotina exige de nós uma entrega absoluta, paciência e um trabalho diário e incansável.

No início, o caminho parecia ainda mais escuro. Morando no interior, enfrentamos o isolamento da falta de informação. Quase ninguém sabia o que era o autismo; até mesmo os médicos locais demonstravam pouco conhecimento, o que atrasou dolorosamente o diagnóstico do meu filho. Mas o coração de uma mãe não se cala diante do desconhecido. Cada porta que se fechava na minha cara não me desanimava; pelo contrário, me dava ainda mais coragem para buscar respostas. Eu sabia, no mais íntimo do meu ser, que precisava ajudá-lo.

Para que o Samuel tivesse uma chance, precisei cruzar fronteiras. Fomos buscar ajuda em uma cidade vizinha, onde o cenário era diferente, com mais recursos e profissionais preparados. Essa busca exigiu deslocamentos exaustivos e um esforço físico e emocional gigantesco. Enfrentamos a lentidão da burocracia, a demora nos encaminhamentos e a espera angustiante por respostas. Cada consulta conseguida não era apenas um atendimento, era uma vitória conquistada com muita luta. Hoje, conseguimos algumas terapias na nossa cidade, mas a batalha por evolução nunca cessa.

Os Desafios Diários e a Dor do Silêncio

A nossa rotina é um equilíbrio delicado. No dia a dia, os desafios se materializam em barreiras complexas. Vivemos o peso da rigidez cognitiva, onde uma pequena mudança no trajeto, um objeto fora do lugar ou a quebra de uma expectativa se transforma em uma tempestade. Enfrentamos também a seletividade alimentar, que transforma o momento das refeições em uma batalha diária pela saúde e pelo bem-estar dele, exigindo uma persistência técnica e afetiva extrema.

No entanto, o maior e mais doloroso desafio de todos são os comportamentos de crise, especificamente os comportamentos autolesivos e heterolesivos. Ver o nosso próprio filho se machucar ou, no ápice da desregulação, tentar machucar os outros, é uma das dores mais dilacerantes que uma mãe pode sentir. É um trabalho diário de manejo, de buscar entender o que aquela dor quer dizer, já que ele não usa as palavras para falar. A falta da fala contextualizada cria uma barreira invisível, onde muitas vezes o choro e a agressividade se tornam a única voz que ele encontra para gritar seu desconforto. Manejar essas crises exige um equilíbrio emocional.

Há dias de cansaço físico e mental que parecem intransponíveis. É exaustivo. Mas eu nunca desisti. E nunca vou desistir!

Os Aprendizados e as Conquistas Monumentais

Essa caminhada me transformou na minha melhor e mais forte versão. O autismo me ensinou a escutar o silêncio. Aprendi que a comunicação vai muito além das palavras: ela está no olhar, no toque, na mudança sutil da respiração, no sorriso que ilumina o ambiente inteiro. Aprendi a celebrar o que o mundo chama de "comum/simples". Essa jornada me despiu de qualquer vaidade ou expectativa superficial sobre o futuro; ela me ensinou o verdadeiro significado de resiliência.

E se os desafios são gigantescos, as conquistas são monumentais. Cada pequena vitória em nossa casa é comemorada como um título mundial:

A aceitação: Quando ele consegue aceitar um alimento novo.

O acolhimento: Quando uma crise de autolesão é desarmada por um abraço de contenção cheio de amor, em vez de se intensificar.

A comunicação: Quando, através de muito treino, apoio e paciência, ele consegue usar uma imagem, um gesto ou um objeto para me mostrar o que quer, diminuindo a angústia de não ser compreendido.

A conexão: Os momentos de afeto, carinho nesses momentos o mundo lá fora simplesmente desaparece.



Olhando para o Futuro

Não é uma caminhada romântica. É uma estrada de renúncias diárias, de lutar por inclusão em uma sociedade que ainda não sabe acolher o nível 3 de suporte. Mas, acima de tudo, é a minha missão de vida.

Essa jornada me provou que o amor de mãe é uma força da natureza. Mesmo quando o cenário parecia impossível, eu segui em frente, porque eu acredito no potencial do meu filho.

Eu sei, com toda a minha certeza, que ele merece todas as oportunidades de desenvolvimento e de ser feliz.

Hoje, vejo que cada passo dado, por mais difícil que tenha sido, foi essencial para chegarmos até aqui. Sei que o caminho é longo e que ainda há muito a ser trabalhado.

Mas olho para o futuro não com medo, mas com a mesma determinação que me trouxe até aqui.

O Samuel não fala com a voz, mas o coração dele grita amor o tempo todo. E enquanto eu tiver forças, serei a voz, o suporte e o porto seguro dele nessa jornada. Pelo Samuel, vale a pena cada segundo de luta.

Teste

Diagnóstico Precoce do Autismo:

Os Sinais que Podem Surgir Antes dos Três Anos de Idade

A ciência já demonstrou que muitos sinais do Transtorno do Espectro Autista podem ser observados ainda no primeiro ano de vida. Entenda quais comportamentos merecem atenção e porque a intervenção precoce pode transformar trajetórias de desenvolvimento.



A Janela de Ouro do Desenvolvimento Infantil

Durante muitos anos, acreditou-se que o diagnóstico do autismo só poderia ser realizado após os três anos de idade. Como consequência, inúmeras crianças passaram seus primeiros anos de vida sem que sinais importantes fossem reconhecidos.

Hoje, graças aos avanços da ciência, sabemos que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode dar seus primeiros sinais ainda no primeiro ano de vida. Mais importante do que identificar um diagnóstico precocemente é reconhecer crianças que precisam de apoio e oferecer oportunidades de estimulação em um período em que o cérebro apresenta extraordinária capacidade de aprendizagem e adaptação.

Atualmente, compreendemos que os primeiros anos de vida representam uma verdadeira janela de oportunidade para o desenvolvimento infantil. Durante esse período, milhões de conexões neurais estão sendo formadas diariamente, tornando o cérebro especialmente sensível às experiências e aos estímulos recebidos.

> “No autismo, tempo é cérebro. Cada mês de espera pode representar oportunidades perdidas de desenvolvimento. Por outro lado, cada mês de intervenção precoce representa novas possibilidades de comunicação, autonomia e qualidade de vida para a criança e sua família.”



> Identificar sinais precoces não significa rotular uma criança. Significa observar atentamente seu desenvolvimento, compreender suas necessidades e agir quando a intervenção tem maior potencial de impacto.

O Que a Ciência Descobriu Sobre os Primeiros Sinais

Nas últimas décadas, pesquisadores de diversos países passaram a acompanhar bebês considerados de maior risco para autismo, especialmente irmãos mais novos de crianças já diagnosticadas.

Entre os estudos mais importantes estão os conduzidos pelo pesquisador canadense Peter Zwaigenbaum, que demonstrou que algumas diferenças no desenvolvimento social podem ser observadas ainda durante o primeiro ano de vida.

Posteriormente, pesquisadores como Rebecca Landa ampliaram esse conhecimento ao identificar alterações precoces na comunicação social entre os seis e doze meses de idade. Outros estudos, conduzidos por Karen Pierce e colaboradores, mostraram que alguns bebês apresentam padrões diferentes de atenção visual, demonstrando menor interesse por rostos humanos e maior atenção a objetos ou estímulos não sociais.

Essas descobertas modificaram profundamente a forma como compreendemos o autismo. Atualmente, entende-se que as diferenças no neurodesenvolvimento podem estar presentes muito antes do diagnóstico formal, tornando possível reconhecer sinais de risco ainda nos primeiros anos de vida.

Por esse motivo, os profissionais não observam apenas quando a criança começa a falar. Eles também avaliam como ela se comunica, como interage com as pessoas, como compartilha experiências e como responde aos estímulos do ambiente.

Essa mudança de olhar permitiu que muitas crianças fossem identificadas mais cedo e recebessem apoio em um momento crucial do desenvolvimento cerebral.

O Que os Pais Podem Observar em Casa?

Quando falamos em sinais precoces de autismo, muitas pessoas imaginam apenas atraso na fala. No entanto, a comunicação começa muito antes das primeiras palavras.

Desde os primeiros meses de vida, os bebês se comunicam através do olhar, dos sorrisos, dos gestos e das interações com as pessoas ao seu redor. Por isso, os primeiros sinais de risco costumam estar relacionados à comunicação social e não necessariamente à linguagem verbal.

Pouco contato visual, poucos sorrisos sociais, menor interesse por rostos humanos, pouca troca de expressões faciais e pouca reação quando alguém tenta brincar ou interagir são sinais de alerta.

Outra habilidade extremamente importante no desenvolvimento infantil é a chamada atenção compartilhada.

Ela acontece quando duas pessoas direcionam sua atenção para o mesmo objeto ou acontecimento e percebem que estão compartilhando aquela experiência.

Por exemplo, uma criança vê um avião passando no céu, aponta para ele e olha para os pais. Ou encontra um brinquedo interessante e corre para mostrá-lo.

A redução ou ausência da atenção compartilhada é considerada um dos sinais precoces mais importantes observados no autismo.

A Importância da Imitação

Grande parte do aprendizado infantil acontece através da imitação.

O bebê observa os adultos e tenta reproduzir seus comportamentos.

Bater palmas, dar tchau, mandar beijo, brincar de esconder o rosto ou reproduzir sons simples são exemplos de habilidades imitativas esperadas nos primeiros anos de vida.

Quando existem dificuldades persistentes nessa habilidade, especialmente quando associadas a outros sinais, pode haver necessidade de uma avaliação mais detalhada do desenvolvimento.

O Brincar Também Comunica

Por volta dos 18 a 24 meses, espera-se o surgimento das chamadas brincadeiras simbólicas ou de faz de conta.

A criança pode fingir dar comida para uma boneca, colocar um ursinho para dormir, brincar de casinha ou fingir falar ao telefone.

Quando estão ausentes ou muito reduzidas, especialmente quando associadas a outras dificuldades de comunicação e interação, podem indicar a necessidade de investigação mais aprofundada.

Um Sinal Merece Destaque Especial: a Perda de Habilidades

Embora nem todas as crianças com autismo apresentem regressão do desenvolvimento, a perda de habilidades previamente adquiridas, como por exemplo deixar de utilizar palavras que já falava, é um sinal que merece investigação imediata.

Conclusão:

Uma das maiores mudanças na compreensão do autismo nos últimos anos foi o reconhecimento de que não é necessário aguardar a confirmação diagnóstica para iniciar intervenções quando existem sinais consistentes de risco.

Durante os primeiros anos de vida, o cérebro passa por um período de intensa neuroplasticidade, caracterizado pela formação e reorganização de milhões de conexões neurais. Essa capacidade extraordinária de adaptação faz com que as experiências vividas pela criança tenham grande influência sobre seu desenvolvimento futuro.

Por esse motivo, quando surgem preocupações relacionadas à comunicação social, à interação ou ao desenvolvimento global, a orientação atual é iniciar estratégias de estimulação o mais precocemente possível.

Apontar Para Mostrar é Diferente de Apontar Para Pedir

Quando uma criança aponta para um copo porque quer beber água, ela está utilizando um gesto para obter algo que deseja.

Já quando aponta para um passarinho, um avião ou um brinquedo apenas para mostrar algo interessante aos pais, está utilizando um gesto social.

Essa diferença é extremamente importante durante a avaliação do desenvolvimento infantil.

É importante observar a intenção por trás desse comportamento.

A Resposta ao Nome

Por volta dos nove meses de idade, espera-se que a criança responda ao próprio nome de forma consistente.

Quando isso não acontece repetidamente, mesmo em situações tranquilas e sem distrações, merece atenção.

Na realidade, em muitos casos, o que existe é uma dificuldade relacionada à atenção social e ao interesse pela interação.



Dra. Claudia Lobo

dra.claudialobooficial

draclaudialobo1@gmail.com

Médica pediatra há mais de 40 anos, especialista em Alergia e Imunologia Pediátrica e Homeopatia. Possui pós-graduação em Autismo, ABA e Neuropsicofarmacologia, além de certificação em Autismo e Transtornos do Neurodesenvolvimento pelo Dr. Thiago Castro. É autora e coautora de vários livros sobre autismo, palestrante em congressos e eventos científicos e atua com foco no diagnóstico precoce e acompanhamento de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento. Possui formação em Suplementação Alimentar Avançada e coordena o projeto social TEAbraço, voltado ao acolhimento e orientação de famílias em situação de vulnerabilidade no município de Itatiba.

EDUCAÇÃO QUE ACOLHE:

MOCOCA PROMOVE PALESTRA SOBRE AUTISMO E TDAH PARA PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL

Iniciativa reforça a importância da formação continuada e da construção de ambientes escolares mais inclusivos



A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva passa, necessariamente, pela capacitação dos profissionais que atuam diariamente nas escolas. Com esse objetivo, a Secretaria Municipal de Educação de Mococa, no interior de São Paulo, promoveu no final de maio uma palestra voltada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e ao Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), reunindo educadores e profissionais da rede municipal de ensino.

A iniciativa teve como foco ampliar conhecimentos sobre o neurodesenvolvimento e fortalecer estratégias que contribuam para uma prática pedagógica mais acolhedora e eficiente diante da diversidade presente nas salas de aula.

Nos últimos anos, o número de estudantes diagnosticados com TEA e TDAH nas escolas brasileiras tem crescido significativamente, tornando cada vez mais necessária a formação contínua dos profissionais da educação. Compreender as características desses transtornos e conhecer estratégias de apoio adequadas são fatores fundamentais para promover participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Durante o encontro, foram abordados temas relacionados à identificação de sinais, adaptação de atividades pedagógicas, manejo comportamental, comunicação com as famílias e construção de ambientes mais acessíveis para os estudantes neurodivergentes.

Especialistas destacam que a inclusão escolar vai muito além da matrícula. Ela exige preparação, planejamento e uma postura permanente de escuta e respeito às necessidades individuais de cada aluno. Nesse sentido, ações de formação como a realizada em Mococa representam um importante investimento na qualidade da educação pública.

Além de beneficiar diretamente os profissionais, iniciativas desse tipo impactam positivamente toda a comunidade escolar. Quando educadores se sentem mais preparados para compreender diferentes formas de aprender e interagir com o mundo, os estudantes encontram ambientes mais seguros, acolhedores e favoráveis ao seu desenvolvimento.

A realização da palestra também reforça uma tendência observada em diversas cidades brasileiras: o fortalecimento de políticas educacionais voltadas à inclusão e à valorização da neurodiversidade. Cada vez mais, escolas e gestores reconhecem que garantir acesso à educação significa também criar condições para que todos os alunos possam participar e aprender de forma significativa.

Para famílias de crianças autistas e com TDAH, iniciativas como essa representam um sinal positivo de compromisso com uma educação mais humana, inclusiva e preparada para os desafios do presente e do futuro.



18 JUNHO

ORGULHO DE SER QUEM SE É

Brasil celebra pela primeira vez o Dia Nacional do Orgulho Autista

No dia 18 de junho, uma data histórica será celebrada em todo o país. Pela primeira vez, o Brasil comemorará oficialmente o Dia Nacional do Orgulho Autista, um marco que representa muito mais do que uma simples inclusão no calendário nacional.

A data chega carregada de significado para milhões de pessoas autistas, familiares, profissionais, educadores e defensores da inclusão. Mais do que falar sobre autismo, o momento convida a sociedade a reconhecer, valorizar e respeitar a neurodiversidade como parte natural da experiência humana.

Durante muitos anos, o autismo foi abordado quase exclusivamente sob a perspectiva dos desafios, das limitações e das dificuldades enfrentadas pelas famílias. Embora a conscientização continue sendo fundamental, cresce em todo o mundo um movimento que propõe um olhar mais amplo: enxergar também as capacidades, os talentos, as conquistas e a identidade das pessoas autistas.

É justamente esse o significado do Orgulho Autista.

Não se trata de ignorar os desafios existentes nem de minimizar as necessidades de apoio que muitas pessoas apresentam. Trata-se de reconhecer que ser autista não é motivo de vergonha.

Pelo contrário, é uma forma legítima e única de perceber, compreender e interagir com o mundo.

A celebração do dia 18 de junho reforça uma mensagem poderosa: pessoas autistas têm voz, têm direitos, têm sonhos e têm um papel importante na construção da sociedade.

A data já era reconhecida internacionalmente há anos por movimentos ligados à neurodiversidade. Em 2026, passou a integrar oficialmente o calendário brasileiro por meio da Lei nº 15.365, tornando-se o Dia Nacional do Orgulho Autista. A iniciativa complementa o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo, celebrado em 2 de abril, mas com uma proposta diferente.

Enquanto abril convida à informação e ao conhecimento, junho convida ao reconhecimento, à valorização e ao pertencimento.

Para muitas famílias, esta primeira celebração oficial representa também o reconhecimento de décadas de luta por inclusão, acessibilidade, respeito e oportunidades. Cada avanço conquistado ao longo dos anos foi resultado do trabalho incansável de pessoas autistas, familiares, profissionais e organizações comprometidas com a defesa dos direitos da comunidade.

Mais do que uma data comemorativa, o Dia Nacional do Orgulho Autista surge como um símbolo de transformação cultural.

Uma sociedade verdadeiramente inclusiva não é aquela que apenas aceita as diferenças. É aquela que compreende que as diferenças enriquecem a convivência humana.

Nos próximos dias, escolas, instituições, associações, clínicas e famílias de diversas regiões do Brasil realizarão ações para celebrar a data, promover reflexões e ampliar o diálogo sobre inclusão e neurodiversidade.

- A expectativa é que este seja apenas o início de uma nova tradição nacional.
- Uma tradição que fortaleça a autoestima das pessoas autistas.
- Que incentive o respeito às diferenças. Que combata preconceitos.
- E que ajude a construir um país onde cada pessoa possa ser reconhecida não apesar de suas características, mas também por elas.

Neste 18 de junho, o convite é simples e poderoso: celebrar a diversidade humana em todas as suas formas.



Plano de Saúde e TEA: o que toda família precisa saber

Direitos, laudos e coparticipação um guia prático para famílias

A dificuldade de encontrar vagas ou clínicas multidisciplinares integradas dentro da rede credenciada dos planos de saúde é uma realidade que se repete. A ela soma-se o peso financeiro da coparticipação chamado popularmente de “fator” - valor cobrado por procedimento que, no contexto do tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pode alcançar cifras de R$ 1.500,00 a R$ 5.000,00 mensais, de forma contínua e sem perspectiva de término.

Em razão disso, as perguntas que chegam diariamente ao escritório são sempre as mesmas e são justamente as mais importantes. Neste espaço, proponho um momento de clareza sobre os temas que mais geram dúvida nas famílias. Não há aqui qualquer apelo comercial: apenas informação técnica, organizada com o cuidado que cada família merece.

Há suspeita ou diagnóstico de TEA por onde começar?

Sob a perspectiva jurídica, o início de qualquer tratamento e de eventual demanda judicial está em um laudo médico bem elaborado. Isso significa um documento que vai além do diagnóstico e traz, com precisão, as prescrições individualizadas para aquela criança.

O laudo precisa indicar a quantidade de sessões semanais de cada terapia. Esse controle deve emanar do médico assistente não da clínica credenciada, que, na maioria das vezes, encaixará a criança conforme sua disponibilidade interna, e não conforme a necessidade clínica.



Anielly Cristina de Melo

Advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 396.393, Especialista em Direito Médico e da Saúde pelo CERS (Centro de Ensino Renato Saraiva). Vice-Presidente da Comissão de Direito Médico da OAB de Catanduva e membro da Comissão de Direito Médico da OAB de São José do Rio Preto. Atua com foco em Direito da Saúde Suplementar e Defesa Médica.

@_direitomedico_ (17) 98814-0566 / 99237-7760

O laudo também deve registrar a duração de cada sessão, pois muitos planos ofertam atendimentos com tempo reduzido justamente porque remuneram os profissionais abaixo do praticado pelo mercado.

Igualmente essencial é que o médico declare expressamente que o tratamento é urgente, de início imediato, contínuo e sem prazo de término. Essa redação não é formalidade: ela é o que permite ao juiz conceder uma tutela de urgência, autorizando o início do tratamento antes do fim do processo. Ao mesmo tempo, demonstra que a coparticipação cobrada mês a mês, sem perspectiva de encerramento, configura fator financeiramente insuportável para a família.

Por fim, quando indicado clinicamente, o laudo deve prescrever que as terapias sejam realizadas por uma equipe multidisciplinar integrada profissionais de diferentes especialidades que atuam em um mesmo espaço físico, compartilham prontuário e comunicam-se entre si sobre a evolução da criança. O ganho terapêutico desse modelo é comprovado: a integração das intervenções potencializa resultados que sessões isoladas, em clínicas distintas, raramente alcançam.

A coparticipação pode ser afastada ou reduzida?

A coparticipação também chamada de fator é um mecanismo legítimo e legal dentro dos contratos de plano de saúde. Porém, as normas da ANS que a regulamentam, são claras ao estabelecer um limite: a coparticipação é válida desde que não se torne um fator restritor severo ao acesso ao tratamento. Em outras palavras: ela não pode ser tão onerosa a ponto de impedir que o beneficiário realize, integral e continuamente, o tratamento prescrito.

Quando esse limiar é ultrapassado e no contexto do TEA, com múltiplas sessões semanais e sem prazo de término, ele frequentemente o é é possível pleitear o afastamento ou a readequação contratual da coparticipação.

Na prática atual do TJSP, a tendência jurisprudencial caminha para a readequação: os tribunais têm limitado a coparticipação ao valor da mensalidade do plano ou calculado o encargo por terapia (e não por sessão individual), resultando em valores muito mais razoáveis. Importa destacar que essa limitação é definitiva o valor excedente não pode ser cobrado em momento posterior. A restrição é real, não diferida.

O plano deve cobrir a Acompanhante Terapêutica (A.T)?

Sim mas antes de qualquer discussão sobre cobertura, é preciso esclarecer uma distinção que gera muita confusão nas famílias: a diferença entre A.T (Acompanhante Terapêutica) e A.E (Acompanhante Especializada), prevista na Lei Berenice Piana como tutora de sala de aula.

A Acompanhante Terapêutica é a extensão do tratamento multidisciplinar fora do espaço clínico. Sua atuação incide nos espectros trabalhados pela equipe terapêutica: rigidez comportamental e cognitiva, dificuldades de regulação emocional, habilidades sociais e comunicativas, transições de rotina, comportamentos repetitivos. É, em síntese, a ponte entre a clínica e a vida real da criança.

Já a Acompanhante Especializada atua no campo pedagógico: orienta e apoia a criança dentro da sala de aula, trabalhando coordenação motora, acompanhamento do conteúdo escolar, adaptação de material didático e estimulação do interesse em ambiente educacional.

O que se observa com frequência é a solicitação equivocada: famílias que precisam de suporte pedagógico pedem ao médico uma A.T e vice-versa. O resultado é uma prescrição inadequada, que tanto pode prejudicar a criança quanto comprometer a cobertura pelo plano. Por isso, antes de solicitar ao médico, é fundamental compreender qual é a real necessidade da criança naquele momento: ela precisa de apoio ao tratamento ou de apoio na escola?

Conhecer os próprios direitos é o primeiro passo para exercê-los. Um laudo bem construído, a compreensão sobre os limites legais da coparticipação e a distinção precisa entre os tipos de acompanhamento fazem toda a diferença no acesso ao tratamento que cada criança merece. O caminho pode exigir tempo e persistência, mas com orientação jurídica especializada cada etapa se torna mais clara e a família, menos sozinha nesse processo.

TECNOLOGIA, AUTONOMIA E FUTURO:

BRASIL AVANÇA NA INCLUSÃO DIGITAL DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA

Proposta aprovada na Câmara dos Deputados busca ampliar oportunidades de capacitação e empreendedorismo na era digital



Em um momento em que a tecnologia se torna cada vez mais presente na educação, no mercado de trabalho e na vida cotidiana, uma proposta aprovada pela Câmara dos Deputados promete abrir novas portas para milhares de jovens brasileiros com deficiência. No dia 9 de junho de 2026, uma comissão da Câmara aprovou a criação de um programa voltado à inclusão digital e ao incentivo ao empreendedorismo para jovens com deficiência, fortalecendo oportunidades de qualificação profissional e participação na economia digital.

A iniciativa surge em um cenário de profundas transformações tecnológicas, impulsionadas pela inteligência artificial, pelo trabalho remoto e pelo crescimento de profissões ligadas ao universo digital. Para especialistas em inclusão, o acesso a essas oportunidades representa um caminho importante para ampliar a autonomia, a independência financeira e a participação social de pessoas com deficiência.

Embora o projeto contemple diferentes perfis, a proposta também chama a atenção por seu potencial

impacto na vida de jovens autistas. Muitos deles possuem habilidades e interesses relacionados à tecnologia, programação, design, análise de dados, criação de conteúdo digital e outras áreas que vêm ganhando destaque no mercado contemporâneo.

Segundo o texto aprovado, o programa pretende estimular a capacitação tecnológica, oferecer ferramentas de inclusão digital e incentivar o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras. A proposta reconhece que a transformação digital não deve beneficiar apenas uma parcela da população, mas precisa ser acessível a todos, inclusive às pessoas que historicamente enfrentaram maiores barreiras de acesso ao mercado de trabalho.

Nos últimos anos, diversos estudos e experiências internacionais têm demonstrado que ambientes profissionais ligados à tecnologia podem representar oportunidades importantes para pessoas autistas, especialmente quando há adaptação de processos, respeito às diferenças individuais e valorização de competências específicas.

Além da formação técnica, especialistas destacam que programas de inclusão digital podem contribuir para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da participação cidadã. Em um mundo cada vez mais conectado, o domínio das ferramentas tecnológicas tornou-se uma competência essencial para estudar, trabalhar, empreender e se relacionar socialmente.

A aprovação da proposta também reforça uma mudança importante na forma como a inclusão vem sendo discutida no Brasil. Cada vez mais, o debate deixa de focar apenas nas limitações e passa a considerar talentos, potencialidades e oportunidades de desenvolvimento. Nesse contexto, a tecnologia aparece como uma poderosa ferramenta de transformação social.

Para famílias, educadores e profissionais que acompanham jovens autistas, a iniciativa representa uma sinalização positiva de que o país começa a olhar com mais atenção para o futuro da inclusão profissional. Afinal, garantir acesso à educação e aos direitos fundamentais é essencial, mas criar oportunidades concretas de autonomia econômica e realização profissional é igualmente importante.

O projeto ainda seguirá sua tramitação legislativa, mas já desperta expectativas entre entidades ligadas à inclusão e ao desenvolvimento profissional de pessoas com deficiência. Caso avance, poderá contribuir para ampliar o acesso de milhares de jovens a um mercado cada vez mais baseado na inovação, na criatividade e no conhecimento.



Mais do que ensinar tecnologia, a proposta busca construir caminhos para que esses jovens possam desenvolver seus talentos, transformar ideias em projetos e participar ativamente da economia digital. Em um mundo que se reinventa todos os dias, inclusão também significa garantir que ninguém fique para trás.

Práticas Inclusivas: *A Neurodiversidade* como Tendência em Educação Matemática



Reconhecer diferentes formas de aprender é o primeiro passo para transformar a sala de aula em um espaço de pertencimento, descobertas e possibilidades para todos os estudantes.

Jane Cristina Souza

Mestra em Educação Inclusiva pela UNESP e especialista em Educação Especial e Psicopedagogia. Professora da Educação Básica e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), dedica sua trajetória à promoção da inclusão escolar, à formação de professores e ao desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à neurodiversidade. Atua também como pesquisadora nas áreas de Educação Inclusiva, Neurodiversidade e Educação Matemática.

A Educação Matemática tem passado por importantes transformações nas últimas décadas. Se antes o ensino era centrado na memorização de fórmulas e na reprodução de procedimentos padronizados, hoje as demandas educacionais apontam para práticas mais inclusivas, flexíveis e voltadas à diversidade dos estudantes. Nesse cenário, a neurodiversidade emerge como uma tendência capaz de ampliar a compreensão sobre os processos de aprendizagem e de redefinir o significado de ensinar e aprender matemática.

Reconhecer que os indivíduos aprendem de formas diferentes inclui compreender as especificidades de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH, Discalculia, Dislexia e outras condições neurodivergentes. Essa perspectiva desafia a escola a superar modelos homogêneos de ensino e a reconhecer a matemática como um direito de aprendizagem acessível a todos.

O Paradigma da Neurodiversidade

Durante muito tempo, as dificuldades em matemática foram interpretadas apenas sob a ótica do déficit. Estudantes que não acompanhavam o modelo tradicional de ensino frequentemente eram vistos como desinteressados ou incapazes.

A perspectiva da neurodiversidade propõe uma mudança significativa nesse entendimento. Em vez de considerar a neurodivergência como uma limitação, ela passa a ser compreendida como uma expressão natural da diversidade humana. Dessa forma, o foco deixa de estar nas dificuldades e passa a valorizar diferentes formas de pensar, aprender e resolver problemas.

Muitos estudantes neurodivergentes demonstram habilidades importantes, como pensamento visual apurado, reconhecimento de padrões, criatividade na resolução de desafios e elevada capacidade de concentração em temas de interesse. Nesse contexto, o principal obstáculo não está na capacidade cognitiva do estudante, mas nas barreiras metodológicas presentes em ambientes educacionais pouco flexíveis.

Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e Estratégias Inclusivas

Para transformar os princípios da neurodiversidade em práticas efetivas, muitos educadores têm adotado o Desenho Universal para a Aprendiza-

gem (DUA), uma abordagem que busca eliminar barreiras pedagógicas antes mesmo que elas impactem os estudantes.

O DUA está fundamentado em três princípios principais.

- Múltiplos meios de representação

Os conteúdos matemáticos podem ser apresentados por diferentes linguagens e recursos. Além da explicação tradicional, podem ser utilizados materiais manipuláveis, representações visuais, recursos digitais, gráficos, jogos e modelos concretos. Essa diversidade favorece a compreensão dos conceitos e amplia as possibilidades de aprendizagem.

- Múltiplos meios de ação e expressão

Nem todos os estudantes demonstram seu conhecimento da mesma forma. Por isso, é importante oferecer diferentes possibilidades de participação e avaliação, permitindo apresentações orais, produções visuais, projetos, atividades práticas e uso de tecnologias assistivas, além das avaliações escritas convencionais.

- Múltiplos meios de engajamento

O envolvimento emocional desempenha papel fundamental no aprendizado. Relacionar conteúdos matemáticos aos interesses dos estudantes, utilizar estratégias de gamificação e propor situações reais favorece a motivação, o foco e a participação ativa no processo educativo.

Tecnologia Assistiva e Inclusão

A tecnologia também desempenha papel relevante na construção de ambientes mais inclusivos. Ferramentas digitais, softwares educacionais e plataformas interativas permitem que conceitos abstratos sejam visualizados de maneira concreta e dinâmica.

Recursos como o GeoGebra, por exemplo, auxiliam os estudantes a explorar relações matemáticas por meio de representações visuais, favorecendo a compreensão de conceitos complexos. Além disso, o ambiente digital oferece a possibilidade de experimentar, errar e tentar novamente sem a pressão frequentemente associada às avaliações tradicionais.

Outra prática importante consiste na utilização de problemas com múltiplas estratégias de resolução. Essa abordagem valoriza os diferentes caminhos percorridos pelos estudantes e reconhece que não existe apenas uma forma legítima de construir conhecimento matemático.

O Desafio da Formação Docente

Apesar dos avanços, a consolidação da neurodiversidade como tendência na Educação Matemática ainda enfrenta desafios importantes. Entre eles, destaca-se a necessidade de fortalecer a formação inicial e continuada dos professores.

Grande parte dos cursos de licenciatura ainda prioriza o domínio dos conteúdos específicos, dedicando pouco espaço ao estudo da inclusão, da neuroeducação e das estratégias pedagógicas voltadas à diversidade.

Diante desse cenário, torna-se fundamental investir em programas de formação que ofereçam aos educadores conhecimentos e ferramentas para planejar práticas mais acessíveis e inclusivas. Ao compreender as diferentes formas de aprender, o professor amplia sua capacidade de atender às necessidades de todos os estudantes.



*A utilização de materiais concretos e estratégias colaborativas favorece a construção de conceitos matemáticos de forma mais acessível e significativa para todos os estudantes.**

Considerações Finais

A neurodiversidade representa uma oportunidade de repensar o ensino da matemática sob uma perspectiva mais humana, democrática e inclusiva. Reconhecer que cada estudante aprende de maneira singular não significa reduzir expectativas ou simplificar conteúdos, mas ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento.

Práticas inclusivas eficazes consistem em criar múltiplas portas de entrada para a aprendizagem, respeitando as diferenças e valorizando os diversos modos de pensar. Quando a diversidade é reconhecida como um recurso pedagógico, toda a comunidade escolar se beneficia.

O futuro da Educação Matemática passa, cada vez mais, pela construção de ambientes em que diferentes formas de aprender possam coexistir, contribuindo para uma escola mais justa, acolhedora e preparada para a pluralidade humana.

AUTISMO NA INFÂNCIA: VOCÊ SABERIA RECONOCER

Os comportamentos que merecen atenção



Observar é o primeiro passo para compreender

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que influencia a forma como a criança se comunica, interage com o mundo e processa informações. Atualmente, o conhecimento sobre o autismo tem avançado significativamente, permitindo que cada vez mais crianças recebam diagnóstico e acompanhamento de forma precoce.

Embora cada criança autista apresente características próprias, existem alguns sinais que podem indicar a necessidade de uma avaliação especializada. Reconhecer esses comportamentos não significa confirmar um diagnóstico, mas sim compreender quando é o momento adequado para buscar orientação profissional.

Quais comportamentos merecem atenção?

Os sinais do autismo podem surgir ainda nos primeiros anos de vida e variar de intensidade de uma criança para outra. Entre os comportamentos mais frequentemente observados estão:

**** Pouco contato visual;***
**** Não responder ao ser chamado pelo nome;***
**** Atraso no desenvolvimento da fala;***
**** Dificuldade em expressar necessidades ou emoções;***
**** Pouco interesse em interagir com outras crianças;***
**** Movimentos repetitivos, como balançar o corpo ou movimentar as mãos;***
**** Forte apego a rotinas e dificuldade com mudanças inesperadas.***

Além disso, algumas crianças podem apresentar interesses muito específicos ou dedicar grande atenção a determinados objetos e atividades.

A importância das questões sensoriais

Muitas pessoas autistas também apresentam diferenças na forma de perceber estímulos do ambiente. Sons, luzes, cheiros, texturas e movimentos podem ser sentidos de maneira mais intensa ou mais reduzida.

Por isso, não é raro que algumas crianças demonstrem desconforto diante de determinados ruídos, recusem certos alimentos devido à textura ou procurem estímulos sensoriais específicos para se sentirem mais confortáveis.

O valor do diagnóstico precoce

A identificação precoce do autismo possibilita que a criança tenha acesso a intervenções e acompanhamentos adequados às suas necessidades. Quanto mais cedo o suporte é oferecido, maiores podem ser os benefícios para o desenvolvimento da comunicação, da aprendizagem, da autonomia e das habilidades sociais.

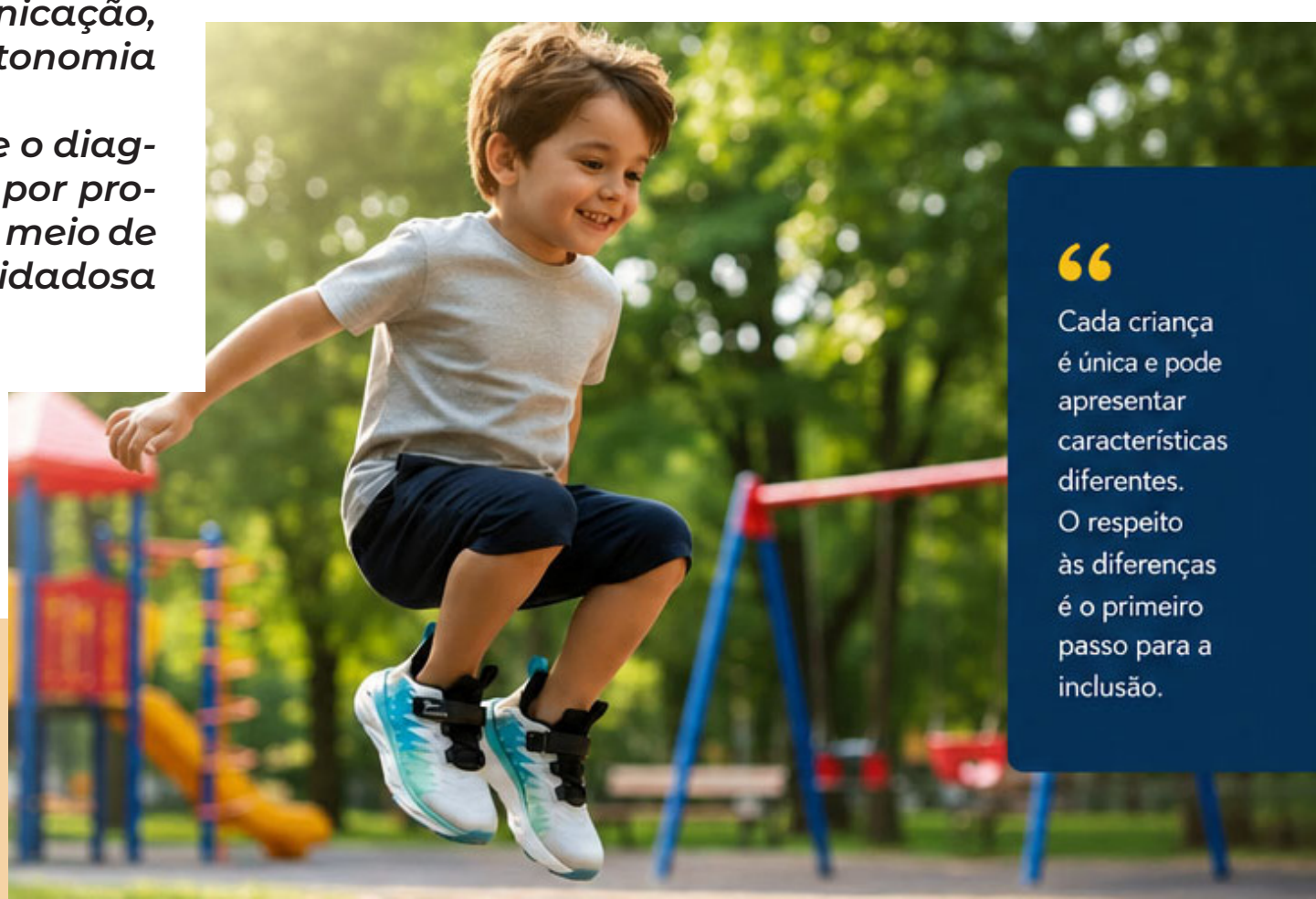
É importante lembrar que o diagnóstico deve ser realizado por profissionais qualificados, por meio de uma avaliação clínica cuidadosa e individualizada.

Família, acolhimento e informação

Os pais e responsáveis desempenham um papel fundamental nesse processo. São eles que acompanham o desenvolvimento da criança diariamente e, muitas vezes, percebem os primeiros sinais que merecem atenção.

Buscar orientação profissional não significa rotular uma criança, mas oferecer oportunidades para que ela desenvolva todo o seu potencial. Da mesma forma, a informação continua sendo uma das principais ferramentas para combater preconceitos e promover uma sociedade mais inclusiva.

Com conhecimento, acolhimento e apoio adequado, cada criança pode construir seu próprio caminho de desenvolvimento, respeitando suas características, habilidades e individualidades.



“

Cada criança é única e pode apresentar características diferentes. O respeito às diferenças é o primeiro passo para a inclusão.



PARECE PREGUIÇA MAS PODE SER TDAH

O aluno que não presta atenção, não termina as tarefas, parece sempre “fora do ar” e enfrenta dificuldades em todas as disciplinas. Antes de concluir que falta esforço ou interesse, é preciso considerar uma possibilidade muito mais comum do que se imagina: o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, o TDAH.

O que é o TDAH e por que é tão mal compreendido?

O TDAH é um transtorno neurobiológico do desenvolvimento que afeta as funções executivas do cérebro, comprometendo a atenção, o controle de impulsos e, em alguns casos, o nível de atividade motora. Não é falta de vontade. Não é criação. Não é consequência de uma família desorganizada ou de pais permissivos. É uma diferença real no funcionamento cerebral, com base genética e neurológica comprovada.

O problema é que, durante décadas, a imagem do TDAH ficou associada exclusivamente à criança agitada, que corre pela sala, interrompe tudo e não consegue ficar sentada. Essa é apenas uma face do transtorno. Existe um subtipo muito mais silencioso, muito mais invisível e, justamente por isso, muito mais ignorado.

Os três subtipos do TDAH e o que cada um parece na sala de aula

O TDAH se apresenta em três subtipos principais, e reconhecê-los faz toda a diferença para professores, famílias e profissionais da educação.

O subtipo Predominantemente Hiperativo-Impulsivo é o mais conhecido. O estudante se mexe sem parar, fala em excesso, age antes de pensar e tem dificuldade de aguardar sua vez. É o perfil que costuma ser identificado mais cedo, justamente porque chama atenção.

O subtipo Predominantemente Desatento é o mais si-

Paula Lemos

Pós-graduada em Neuropsicopedagogia, psicopedagogia, neurociência clínica, terapia cognitivo-comportamental, psicanálise clínica e Linguística
Graduada em Letras e Doutorado livre em psicanálise.
Registro CBPC: 2022 3626
e CFEP: 22000901

Contato: ana.ph.npp@gmail.com | Tel.: (21) 98794-5357

lencioso e o mais frequentemente confundido com preguiça ou desinteresse. Esse estudante não atrapalha a aula ele simplesmente some. Parece estar “fora do ar”, não termina as tarefas, esquece recados, tem dificuldade de seguir instruções e parece não ouvir quando o professor fala diretamente com ele. Em adolescentes, esse perfil muitas vezes chega ao ensino médio sem jamais ter sido identificado.

O subtipo Combinado apresenta características dos dois anteriores, sendo o mais comum entre os diagnósticos.

“Ele não é preguiçoso. Ele tem um cérebro que funciona diferente e merece ser compreendido, não punido.”

Quando o TDAH se parece com outro transtorno

Nem sempre o que parece TDAH é exclusivamente TDAH. Outros transtornos específicos do neurodesenvolvimento podem produzir sintomas semelhantes, coexistir com o TDAH ou até ser confundidos com ele.

A Dislexia, por exemplo, é um transtorno específico da leitura e da escrita com base fonológica. O estudante com dislexia pode parecer desatento porque demora muito para processar o que lê, perde o fio da leitura, evita tarefas escritas e demonstra desempenho muito abaixo do esperado para sua inteligência. Sem identificação adequada, esse estudante é frequentemente rotulado como preguiçoso ou sem interesse.

Por isso, a avaliação neuropsicopedagógica é fundamental. Ela permite mapear o perfil de aprendizagem do estudante de forma ampla, identificar quais processos cognitivos estão comprometidos e orientar intervenções precisas na escola e em casa.

O que a lei garante ao estudante com TDAH

O Brasil avançou significativamente na proteção legal de estudantes com TDAH. A Lei 14.254, sancionada em novembro de 2021, determina que escolas públicas e privadas devem garantir acompanhamento específico e precoce a



estudantes com dislexia, TDAH ou outros transtornos de aprendizagem. Isso inclui identificação de possíveis sinais, encaminhamento para diagnóstico e suporte educacional e terapêutico.

Entre os direitos garantidos estão o tempo adicional para realização de provas e atividades avaliativas, adaptações metodológicas, acesso a recursos didáticos adequados e formação dos professores para identificação e abordagem pedagógica adequada. Além disso, é expressamente proibido recusar a matrícula ou renovação de alunos com TDAH o dirigente escolar que o fizer está sujeito a penalidades previstas em lei.

A Lei Brasileira de Inclusão Lei 13.146/2015 também ampara esses estudantes, garantindo educação inclusiva em escolas regulares com todas as adaptações necessárias. Conhecer esses direitos é fundamental para que famílias possam reivindicá-los e para que escolas possam cumpri-los.

“A lei existe. Os direitos existem. O que ainda falta, muitas vezes, é informação e é exatamente por isso que falar sobre o tema importa.”

O que famílias e educadores podem fazer

Identificar o TDAH não é papel exclusivo do médico. Professores que observam padrões de desatenção persistente, dificuldade de organização e desempenho abaixo do potencial têm um papel fundamental no encaminhamento precoce. Famílias que percebem esses sinais em casa devem buscar avaliação neuropsicopedagógica como primeiro passo.

Na escola, pequenas adaptações fazem grande diferença: sentar o estudante mais próximo do professor, dividir as tarefas em etapas menores, dar instruções claras e objetivas, oferecer tempo adicional nas avaliações e criar um ambiente de acolhimento em vez de punição. Essas não são concessões são direitos garantidos por lei.

Em casa, a consistência na rotina, o apoio nas tarefas sem substituir a autonomia do filho e a comunicação aberta com a escola formam a base de um suporte eficaz. E, acima de tudo, é preciso que o próprio estudante compreenda que ter TDAH não significa ser menos inteligente ou menos capaz significa aprender de um jeito diferente. E jeitos diferentes de aprender merecem caminhos diferentes de ensinar.

PRAIAS PARA TODOS:

BRASIL AVANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM LITORAL MAIS ACESSÍVEL E INCLUSIVO



Proposta aprovada na Câmara dos Deputados busca garantir mais autonomia, segurança e participação para pessoas com deficiência em espaços de lazer

Durante décadas, milhões de brasileiros encontraram nas praias um dos principais símbolos de lazer, convivência e qualidade de vida. No entanto, para muitas pessoas com deficiência e suas famílias, o simples ato de chegar à areia, circular pelo local ou acessar o mar ainda representa um desafio. Uma proposta aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 8 de junho de 2026 pretende mudar essa realidade ao estabelecer diretrizes nacionais para ampliar a acessibilidade nas praias brasileiras.

A iniciativa busca orientar a implementação de estruturas e serviços que tornem os ambientes litorâneos mais inclusivos, garantindo condições adequadas para que pessoas com deficiência possam desfrutar dos espaços públicos com mais autonomia, conforto e segurança.

Embora a proposta contemple diferentes perfis de deficiência, especialistas destacam que seus benefícios também podem impactar positivamente muitas famílias de pessoas autistas. Ambientes organizados, sinalização adequada, acessibilidade física e espaços planejados favorecem a participação social e reduzem barreiras que frequentemente limitam experiências de lazer e convivência.

O projeto prevê a adoção de medidas voltadas à eliminação de obstáculos físicos e à promoção da acessibilidade universal. Entre as ações discutidas estão a instalação de passarelas acessíveis, melhoria da sinalização, adaptação de equipamentos públicos e incentivo à criação de estruturas que permitam maior mobilidade nas áreas de praia.

A proposta reforça um princípio cada vez mais presente nas políticas públicas modernas: inclusão não significa apenas garantir acesso a serviços essenciais como saúde e educação, mas também assegurar o direito ao lazer, à cultura, ao turismo e à participação plena na vida comunitária.

Para especialistas em acessibilidade, os espaços públicos precisam ser pensados desde sua concepção para atender a diversidade huma-



> *Quando a acessibilidade deixa de ser exceção e passa a fazer parte do planejamento, o resultado é uma sociedade mais justa, mais humana e mais preparada para acolher a diversidade. E, nesse cenário, cada rampa, cada passarela e cada ação inclusiva ajudam a aproximar o Brasil de um futuro onde o lazer e a convivência sejam verdadeiramente direitos de todos.*

na. Quando uma praia é planejada para ser acessível, toda a população se beneficia. Idosos, gestantes, pessoas com mobilidade reduzida, famílias com carrinhos de bebê e pessoas com deficiência encontram mais facilidade para circular e aproveitar o ambiente.

Nos últimos anos, diversas cidades brasileiras passaram a desenvolver projetos locais de acessibilidade em praias, incluindo cadeiras anfíbias para banho assistido, áreas de circulação adaptadas e equipes treinadas para acolher visitantes com necessidades específicas. A nova proposta busca incentivar e ampliar iniciativas desse tipo em âmbito nacional.

Para muitas famílias de pessoas autistas, atividades ao ar livre representam oportunidades importantes de desenvolvimento, socialização e bem-estar. O contato com ambientes naturais pode contribuir para experiências sensoriais positivas, momentos de relaxamento e fortalecimento dos vínculos familiares. No entanto, a falta de infraestrutura adequada ainda limita o acesso de parte da população a esses espaços.

Organizações ligadas à inclusão celebraram a aprovação da proposta por reconhecer que o direito à cidade também inclui o direito aos espaços de lazer. Segundo representantes dessas entidades, a construção de ambientes acessíveis ajuda a combater o isolamento social e promove uma sociedade mais acolhedora e participativa.

A medida ainda seguirá os próximos trâmites legislativos, mas já é vista como um avanço importante na construção de um Brasil mais inclusivo. Em um país que possui um dos maiores litorais do mundo, garantir que as praias possam ser aproveitadas por todos é uma questão de cidadania e respeito à diversidade.

Mais do que adaptar estruturas físicas, a proposta representa uma mudança de visão sobre a inclusão. Ela reforça a ideia de que espaços públicos devem ser planejados para todas as pessoas, independentemente de suas características ou necessidades.



INCLUSÃO QUE TRANSFORMA:

PROJETO SEI INCLUIR FORTALECE A CONVIVÊNCIA E A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO NO RIO DE JANEIRO

Iniciativa promove integração social, informação e acolhimento para pessoas autistas e suas famílias

Rio de Janeiro — Em um cenário onde a inclusão vai muito além do acesso a serviços, iniciativas voltadas à convivência, ao acolhimento e à participação social ganham cada vez mais importância. Foi com esse propósito que teve início, no final de maio, o **Projeto SEI Incluir**, uma ação desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro com foco na integração social e na ampliação do conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).



> *“Incluir é reconhecer diferenças, promover o respeito e construir pontes para que todos possam pertencer.”*

Em um cenário onde a inclusão vai muito além do acesso a serviços, iniciativas voltadas à convivência, ao acolhimento e à participação social ganham cada vez mais importância. Foi com esse propósito que teve início, no final de maio, o Projeto SEI Incluir, uma ação desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro com foco na integração social e na ampliação do conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A iniciativa reúne atividades voltadas à conscientização, ao fortalecimento dos vínculos comunitários e à promoção de espaços mais acolhedores para pessoas autistas e suas famílias. O projeto busca aproximar a população do tema, incentivando o respeito às diferenças e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado na criação de leis e políticas públicas voltadas às pessoas autistas. No entanto, especialistas destacam que a verdadeira inclusão também depende da transformação das relações sociais e da redução das barreiras atitudinais que ainda existem em muitos ambientes. Nesse contexto, ações comunitárias como o SEI Incluir desempenham um papel fundamental.



O projeto propõe atividades educativas e de integração que permitem ampliar o conhecimento da população sobre o autismo, combatendo estigmas e promovendo uma visão mais humana e respeitosa da neurodiversidade. Para muitas famílias, iniciativas desse tipo representam uma oportunidade importante de troca de experiências, acolhimento e fortalecimento da rede de apoio.

Além de contribuir para a conscientização, o programa busca criar ambientes onde pessoas autistas possam participar ativamente de atividades sociais, culturais e comunitárias. A proposta reforça a ideia de que inclusão não significa apenas estar presente em um espaço, mas sentir-se pertencente a ele.

Para especialistas da área, projetos de convivência têm potencial para gerar impactos positivos tanto para pessoas autistas quanto para a sociedade em geral. Quando o conhecimento substitui preconceitos e quando o contato promove compreensão, tornam-se possíveis relações mais saudáveis, empáticas e inclusivas.

Outro aspecto relevante da iniciativa é o incentivo à participação das famílias. O diagnóstico de autismo frequentemente traz novos desafios para pais, responsáveis e cuidadores, que muitas vezes enfrentam dúvidas e sentimentos de isolamento. Espaços de integração e acolhimento ajudam a fortalecer essas famílias e a ampliar suas conexões com a comunidade.

Ao investir em conscientização e integração social, o projeto reforça uma mensagem cada vez mais importante: uma sociedade inclusiva é aquela em que todas as pessoas têm espaço para participar, contribuir e ser reconhecidas em sua singularidade.

O Projeto SEI Incluir também acompanha uma tendência observada em diversas cidades brasileiras: a valorização de ações que promovem inclusão para além dos ambientes clínicos e escolares. Cada vez mais, o debate sobre autismo passa a considerar a importância da participação plena em todos os espaços da vida social, incluindo lazer, cultura, esporte e convivência comunitária.

Representantes envolvidos na iniciativa destacam que o objetivo principal é construir uma cultura de respeito e valorização das diferenças. Em uma sociedade marcada pela diversidade, compreender diferentes formas de perceber, aprender e interagir com o mundo é um passo essencial para a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos.

Embora seja uma ação local, o projeto chama atenção por servir de inspiração para outras cidades brasileiras. Experiências como essa demonstram que a inclusão pode ser fortalecida por meio de iniciativas simples, mas capazes de gerar impactos significativos na vida das pessoas.

Mais do que promover informação sobre o autismo, o SEI Incluir busca aproximar pessoas, criar conexões e fortalecer o sentimento de pertencimento. Em um momento em que o Brasil amplia o debate sobre neurodiversidade e inclusão social, iniciativas desse tipo mostram que a transformação também acontece no cotidiano, por meio do diálogo, da convivência e do respeito às diferenças.



A FORMAÇÃO DOCENTE DIANTE DOS DESAFIOS DA INCLUSÃO:

É HORA DE REVISITAR OS CURRÍCULOS?

Valéria Alves

Neuropsicopedagoga, Psicopedagoga e Terapeuta Cognitivo-Comportamental, com atuação voltada ao desenvolvimento infantil, inclusão escolar, orientação familiar e neurodesenvolvimento. Atua no acompanhamento de crianças e adolescentes, especialmente em demandas relacionadas ao autismo, TDAH e dificuldades de aprendizagem. Também possui formação em terapias integrativas, unindo conhecimentos da educação, saúde emocional e desenvolvimento humano para promover acolhimento, autonomia e qualidade de vida.

21 - 997 301440

reflexão necessária: a formação dos profissionais da educação tem acompanhado as demandas de um ambiente escolar cada vez mais diverso?

Formação e compromisso com a inclusão

A formação docente não pode ser medida apenas pela quantidade de cursos realizados ou pelos títulos obtidos. Seu verdadeiro valor está na capacidade de transformar conhecimento em práticas de acolhimento, escuta e compreensão das singularidades dos estudantes.

Na convivência com famílias, escolas e profissionais da educação, ainda é possível perceber um distanciamento entre aquilo que é aprendido nos processos formativos e os desafios encontrados no cotidiano escolar. Isso evidencia a necessidade de uma formação que vá além da teoria, promovendo reflexão crítica, sensibilidade e atualização constante.

Mais do que acumular certificados, o educador precisa estar disposto a aprender continuamente, revisar práticas e construir novos olhares sobre seus estudantes. Em uma escola inclusiva, conhecimento técnico e sensibilidade caminham juntos.

Inclusão: uma conquista que exige transformação

A inclusão escolar representa uma das maiores conquistas da educação brasileira nas últimas décadas. O aumento da presença de estudantes autistas e de outros perfis neurodivergentes nas escolas regulares demonstra avanços importantes na garantia de direitos e no reconhecimento da diversidade humana. No entanto, ampliar o acesso não significa garantir participação, pertencimento e aprendizagem de qualidade.

A escola contemporânea acolhe estudantes com diferentes formas de aprender, comunicar-se e interagir com o mundo. Diante dessa realidade, surge uma

Formação continuada: uma responsabilidade de todos

A formação para a inclusão não é apenas uma recomendação pedagógica. A própria Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reconhece a importância da formação inicial e continuada dos profissionais da educação como elemento fundamental para a construção de uma escola acessível e inclusiva.

Apesar dos avanços legais, ainda existe uma distância entre aquilo que a legislação propõe e o que efetivamente acontece em muitas instituições. Embora a oferta de cursos e capacitações tenha crescido nos últimos anos, a formação continuada ainda não faz parte

da cultura organizacional de diversas escolas.

Por isso, é fundamental que ela seja incorporada ao planejamento institucional, tornando-se um processo permanente de desenvolvimento profissional e não apenas uma atividade pontual.

Quando a inclusão não se transforma em pertencimento

A inclusão não acontece apenas quando o estudante está matriculado na escola. Ela acontece quando existe participação real, acolhimento e oportunidades de desenvolvimento.

Ao longo do acompanhamento de uma criança autista e com TDAH, observamos avanços importantes em sua autonomia, comunicação e habilidades sociais. No entanto, uma das principais fontes de sofrimento relatadas pela própria criança estava relacionada à experiência escolar.

Seu desejo era simples: sentir-se parte do grupo.

Relatos de exclusão, dificuldades de interação e interpretações equivocadas de comportamentos relacionados ao autismo e ao TDAH demonstram que ainda existem barreiras que vão além do acesso à sala de aula. Muitas vezes, características associadas à neurodivergência são compreendidas apenas como desatenção, desinteresse ou problemas comportamentais.

Essas situações reforçam que a inclusão exige planejamento, conhecimento e disposição para compreender as necessidades individuais de cada estudante.

Inclusão também é responsabilidade dos adultos

Outro aspecto importante refere-se à tendência de transferir para outras crianças responsabilidades que pertencem aos adultos.

A colaboração entre estudantes é valiosa e contribui para a construção da empatia. Contudo, quando uma criança passa a assumir continuamente funções de mediação e apoio aos colegas, existe o risco de sobrecarregá-la com responsabilidades incompatíveis com sua etapa de desenvolvimento.

A inclusão deve ser construída por toda a comunidade escolar, especialmente pelos profissionais responsáveis pelo acompanhamento pedagógico e socioemocional dos estudantes.

Inclusão também é relação humana

A sobrecarga docente é uma realidade presente em muitas escolas. Ainda assim, ambientes inclusivos dependem de relações humanas baseadas no respeito, na escuta e na compreensão das diferenças.

Diversos relatos de estudantes apontam experiências marcadas por incompreensão, repreensões excessivas e dificuldades de acolhimento emocional. Esses relatos não devem servir para culpabilizar professores, mas para reforçar a necessidade de suporte institucional, qualificação profissional e espaços permanentes de reflexão.

Escolas inclusivas são, necessariamente, ambientes emocionalmente seguros.

Revisitar os currículos é investir no futuro

Talvez o momento atual exija mais do que formações pontuais. Talvez seja necessário revisitar os próprios currículos responsáveis pela formação inicial dos educadores.

Temas como neurodesenvolvimento, educação inclusiva, acessibilidade pedagógica, prevenção do bullying e gestão da diversidade precisam ocupar espaço cada vez maior nos cursos de formação docente.

A inclusão efetiva acontece quando os estudantes encontram profissionais preparados para acolhê-los, compreendê-los e favorecer seu desenvolvimento. Antes de qualquer diagnóstico, existe uma criança que deseja aprender, pertencer, ser respeitada e construir relações significativas dentro da escola.

Revisitar os currículos da formação docente representa um compromisso ético, social e humano com uma educação que reconheça cada estudante em sua singularidade, potencialidade e direito de aprender.



Projeto
PROVAR

Uma abordagem multidisciplinar para a intervenção na seletividade alimentar infantil



Promovendo o desenvolvimento alimentar por meio de aproximações sucessivas

A seletividade alimentar é uma das queixas mais frequentes apresentadas por famílias durante a infância. Caracterizada pela recusa persistente de determinados alimentos, limitação do repertório alimentar e resistência a experimentar novos sabores, texturas, cores ou odores, essa condição pode impactar significativamente o desenvolvimento nutricional, social e emocional da criança.

O Projeto PROVAR foi desenvolvido com o objetivo de ampliar a aceitação alimentar por meio de estratégias graduais e respeitosas, considerando as particularidades de cada criança. A proposta reúne uma equipe multidisciplinar composta por Fonoaudióloga, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Aplicador ABA.
Vale ressaltar a importância de investigar os fatores orgânicos e ambientais antes de intervir.

Carla Nelide Gallo Zafalão Balderrama

CRFa 18798-2
Fonoaudióloga
Especialista em TEA
Especialista em Nutrição no TEA
Pós graduada em ABA
Especialista em Educação especial e inclusiva

47- 960.97691 @fono_carla_balderrama



A importância da equipe multidisciplinar

A Fonoaudiologia contribui para avaliação e intervenção das habilidades motoras orais, mastigação, deglutição e aspectos sensoriais relacionados à alimentação. A Psicologia atua nos fatores emocionais e comportamentais envolvidos nas refeições. A Terapia Ocupacional trabalha a integração sensorial e a tolerância aos diferentes estímulos alimentares, coordenação motora e graduação de força ao utilizar utensílios.

O papel da Análise do Comportamento Aplicada (ABA)

A ABA desempenha papel relevante na compreensão das variáveis que mantêm os comportamentos alimentares seletivos. Por meio da avaliação funcional, é possível identificar antecedentes e consequências que influenciam a recusa alimentar. As intervenções utilizam procedimentos baseados em evidências, como reforçamento positivo, modelagem, encadeamento de comportamentos e aproximações sucessivas, sempre respeitando o bem-estar da criança. O objetivo não é forçar a ingestão alimentar, mas construir repertórios mais amplos e funcionais, promovendo experiências positivas e aumentando gradualmente a aceitação de novos alimentos.

O conceito das aproximações sucessivas

A metodologia reconhece que a aceitação alimentar é um processo gradual. A criança é incentivada inicialmente a tolerar, interagir, cheirar, tocar, provar e finalmente comer os alimentos. Cada etapa respeita seu ritmo individual e reduz a ansiedade associada à alimentação.

O brincar como ferramenta terapêutica

Jogos, histórias, atividades sensoriais e experiências lúdicas favorecem a curiosidade e a interação com os alimentos, tornando o processo mais prazeroso e significativo.

O envolvimento da família

Pais e cuidadores recebem orientações para aplicar as estratégias em casa, promovendo consistência entre a terapia e a rotina familiar. O foco é substituir pressão e barganhas por acolhimento, previsibilidade e incentivo positivo.

Resultados observados

Entre os benefícios observados estão a ampliação do repertório alimentar, redução da aversão a novos alimentos, maior participação nas refeições familiares e melhora da qualidade de vida da criança e de sua família.

Conclusão

O Projeto PROVAR representa uma proposta humanizada e baseada em evidências para a intervenção na seletividade alimentar infantil. Ao integrar Fonoaudiologia, Psicologia, Terapia Ocupacional e ABA, promove uma compreensão ampla das necessidades da criança e favorece a construção de uma relação mais saudável, segura e prazerosa com a alimentação, Já temos várias crianças que conseguiram alcançar evolução ampliando o repertório alimentar.

Dicas práticas para famílias

1. Evite pressionar a criança a comer e experiências negativas no momento da refeição.
2. Apresente os alimentos repetidamente e de forma atraente/criativa.
3. Inclua a criança no preparo das refeições.
4. Valorize pequenas conquistas.
5. Mantenha uma rotina alimentar previsível.
6. Ofereça exemplos positivos.
7. Evite substituir imediatamente os alimentos recusados.
8. Crie experiências sensoriais positivas.
9. Observe sinais de alerta para avaliação especializada.
10. Procure ajuda profissional quando necessário.



OS IRMÃOS INVISÍVEIS:

CRESCER AO LADO DO AUTISMO TAMBÉM TRANSFORMA VIDAS

A experiência dos irmãos de pessoas autistas e os desafios que muitas vezes passam despercebidos

Quando uma criança recebe o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), toda a família inicia uma jornada de descobertas, adaptações e aprendizados. Grande parte da atenção naturalmente se volta para a criança autista, suas necessidades, terapias, desenvolvimento e bem-estar. No entanto, dentro dessa mesma família existe um grupo que frequentemente permanece em segundo plano: os irmãos.

Embora raramente estejam no centro das discussões sobre autismo, irmãos de pessoas autistas vivenciam experiências únicas que influenciam profundamente sua infância, adolescência e vida adulta. São eles que acompanham consultas, mudanças de rotina, desafios escolares, crises emocionais e conquistas diárias. Crescem observando o mundo por uma perspectiva diferente e, muitas vezes, desenvolvem maturidade e sensibilidade muito além da esperada para sua idade.

Especialistas destacam que a convivência com um irmão autista pode trazer benefícios significativos. Muitos desses jovens demonstram elevados níveis de empatia, tolerância às diferenças, senso de responsabilidade e capacidade de adaptação. Desde cedo aprendem que cada pessoa possui suas próprias características, necessidades e formas de se comunicar com o mundo.

No entanto, essa experiência também pode apresentar desafios que nem sempre são percebidos pelos adultos. Em algumas famílias, a atenção constante exigida pelas demandas do autismo pode fazer com que irmãos sintam que suas próprias necessidades emocionais são menos importantes. Não é incomum que evitem expressar sentimentos de tristeza, ciúme ou frustração por receio de gerar mais preocupações para os pais.

Essas emoções não significam falta de amor ou aceitação. Pelo contrário. Muitas vezes refletem apenas a necessidade legítima de também serem ouvidos, acolhidos e compreendidos. Assim como qualquer criança ou adolescente, irmãos de pessoas autistas precisam sentir que suas emoções têm espaço dentro da dinâmica familiar.

Outro aspecto frequentemente observado é o desenvolvimento precoce de responsabilidades. Alguns irmãos assumem papéis de proteção, mediação ou apoio desde

muito cedo. Embora isso possa fortalecer habilidades sociais e emocionais, também pode gerar sobrecarga quando não existe equilíbrio adequado entre responsabilidades e vivências próprias da infância.

A adolescência costuma trazer novas reflexões. Questões sobre o futuro, autonomia e cuidados familiares começam a surgir. Muitos jovens se perguntam qual será seu papel na vida adulta e como poderão apoiar o irmão ou irmã autista ao longo dos anos. Essas preocupações podem gerar ansiedade, especialmente quando não são discutidas abertamente dentro da família.

Por outro lado, inúmeras pesquisas e relatos familiares mostram que a convivência com o autismo também contribui para a formação de valores importantes. Muitos irmãos relatam que aprenderam a enxergar a diversidade humana de forma mais natural, tornando-se adultos mais compreensivos, pacientes e conscientes das necessidades dos outros.



Para especialistas em desenvolvimento familiar, o segredo está no equilíbrio. Reconhecer as necessidades da pessoa autista é fundamental, mas também é importante reservar momentos exclusivos para os demais filhos, estimular o diálogo aberto e validar suas emoções. Pequenos gestos de atenção podem fazer grande diferença na construção de vínculos saudáveis e no fortalecimento da autoestima.

As escolas também desempenham um papel importante nesse processo. Professores e orientadores podem contribuir oferecendo espaços de escuta e acolhimento, ajudando crianças e adolescentes a compreender melhor suas experiências familiares e a lidar com sentimentos que muitas vezes não conseguem expressar em casa.

Nos últimos anos, grupos de apoio voltados para irmãos de pessoas com deficiência têm ganhado espaço em diversos países. Essas iniciativas permitem compartilhar experiências, trocar vivências e perceber que muitos desafios são comuns a outras famílias.

Falar sobre os irmãos de pessoas autistas não significa diminuir a importância das necessidades da pessoa diagnosticada. Significa reconhecer que o autismo impacta todo o sistema familiar e que cada integrante possui sua própria jornada emocional.

Ao ampliar o olhar para esses irmãos, a sociedade também amplia sua compreensão sobre o que realmente significa inclusão. Afinal, por trás de muitas histórias de desenvolvimento, superação e acolhimento, existem irmãos que aprenderam desde cedo o valor da empatia, da paciência e do amor incondicional.

AUTISMO

APÓS OS 60 ANOS:

O DESAFIO POUCO CONHECIDO DO ENVELHECIMENTO AUTISTA



Enquanto o mundo volta cada vez mais sua atenção para o diagnóstico precoce e a inclusão de crianças autistas, uma pergunta começa a ganhar espaço entre pesquisadores, profissionais e famílias: o que acontece quando a pessoa autista envelhece?

O tema ainda é pouco discutido no Brasil, mas vem despertando crescente interesse em diversos países. Isso porque a primeira geração de pessoas diagnosticadas com maior frequência e acompanhadas ao longo da vida está chegando à idade adulta avançada e ao envelhecimento. Com isso, surgem novos desafios relacionados à saúde, autonomia, qualidade de vida e suporte social.

Durante décadas, o autismo foi amplamente associado à infância. Muitas campanhas, estudos e políticas públicas concentraram-se no diagnóstico e no desenvolvimento infantil. No entanto, o autismo não desaparece com o passar dos anos. Pessoas autistas crescem, tornam-se adultas e envelhecem, levando consigo características, necessidades e potencialidades que continuam fazendo parte de sua identidade.

Especialistas destacam que ainda existem poucas pesquisas sobre o envelhecimento autista quando comparadas à quantidade de estudos voltados para crianças. Essa lacuna dificulta a criação de estratégias específicas de acompanhamento e apoio para essa população.



Inclusão não é uma etapa, mas uma jornada permanente.

Garantir qualidade de vida, autonomia e participação social para pessoas autistas em todas as fases da vida será um dos grandes desafios das próximas décadas.

Entre as principais preocupações estão questões relacionadas à saúde física e mental. Algumas pessoas autistas podem apresentar maior vulnerabilidade ao isolamento social, ansiedade, depressão e dificuldades de adaptação diante das mudanças que acompanham o envelhecimento. Além disso, problemas comuns da terceira idade, como perda auditiva, alterações cognitivas e doenças crônicas, podem trazer desafios adicionais.

Outro tema frequentemente discutido é a autonomia. Muitos adultos autistas vivem de forma independente ou semiautônoma, enquanto outros dependem do apoio de familiares ao longo da vida. Com o avanço da idade, surgem preocupações sobre quem assumirá responsabilidades futuras, especialmente quando pais e cuidadores também envelhecem.

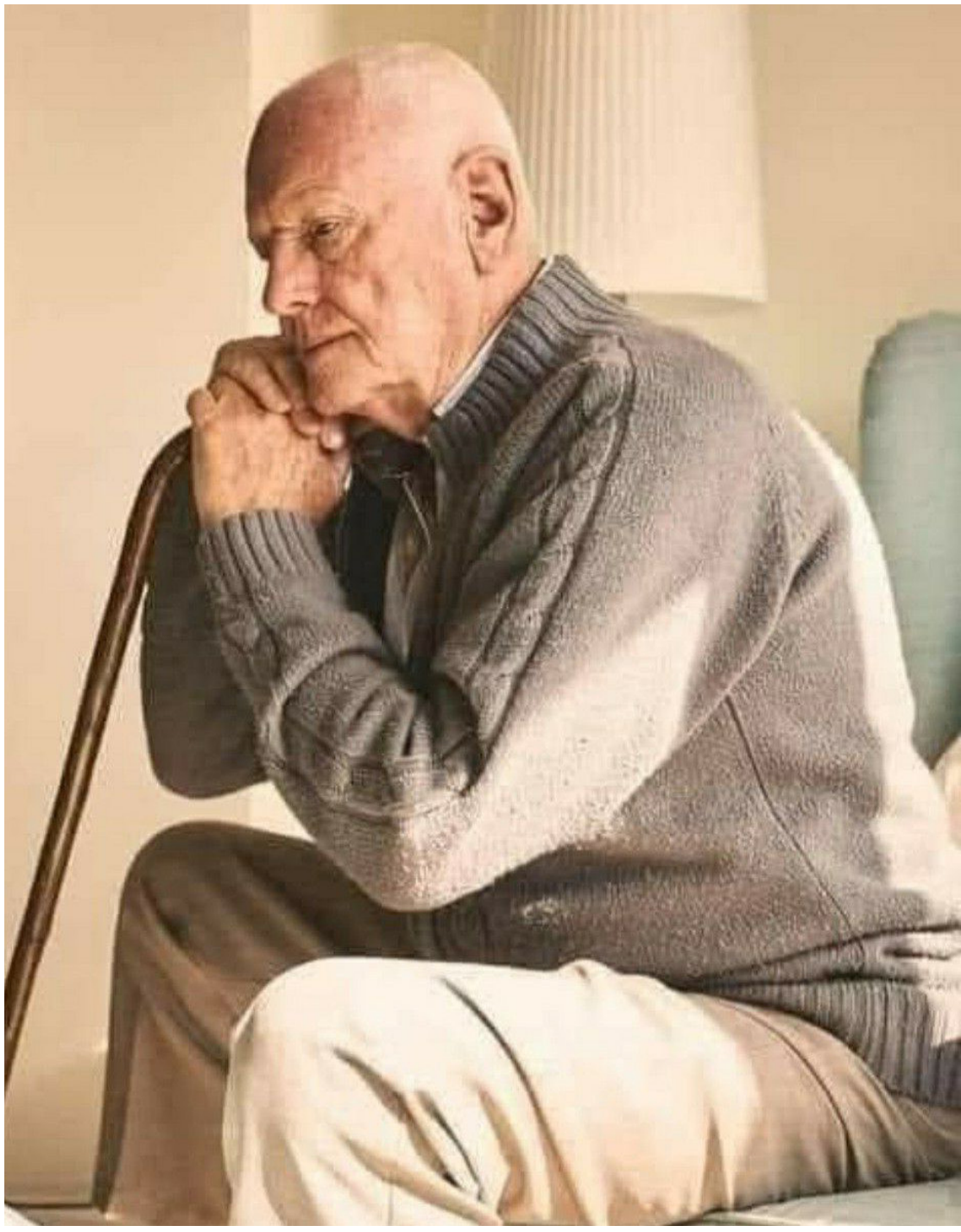
Essa realidade tem levado especialistas a defender a necessidade de um planejamento de longo prazo. Questões relacionadas à moradia, suporte comunitário, assistência social e cuidados de saúde tornam-se cada vez mais importantes para garantir segurança e qualidade de vida durante o envelhecimento.

Apesar dos desafios, o envelhecimento autista não deve ser visto apenas sob a perspectiva das dificuldades. Muitas pessoas autistas desenvolvem ao longo dos anos estratégias eficazes para lidar com suas características e construir rotinas que favorecem seu bem-estar. Experiências acumuladas ao longo da vida podem contribuir para maior autoconhecimento, estabilidade emocional e fortalecimento de vínculos sociais.

Outro aspecto relevante é o crescimento do número de diagnósticos em adultos e idosos. Em vários países, pessoas com mais de 50, 60 e até 70 anos têm descoberto que são autistas após décadas sem compreender completamente suas próprias experiências. Para muitos, o diagnóstico tardio representa uma oportunidade de reinterpretar a própria história com mais compreensão e acolhimento.

A comunidade científica também começa a ampliar seus estudos sobre qualidade de vida na terceira idade autista. Pesquisadores buscam compreender fatores que contribuem para um envelhecimento saudável, incluindo participação social, acesso a serviços de saúde, manutenção da autonomia e fortalecimento das redes de apoio.

No Brasil, especialistas apontam a necessidade de ampliar pesquisas, desenvolver políticas públicas específicas e incluir o envelhecimento autista nas discussões sobre saúde e assistência social. A expectativa é que o tema ganhe cada vez mais relevância nos próximos anos, acompanhando as mudanças demográficas da população e o aumento do conhecimento sobre o espectro autista.



“O envelhecimento autista nos convida a olhar além da infância e a reconhecer que inclusão não é uma etapa, mas uma jornada permanente. Garantir qualidade de vida, autonomia e participação social para pessoas autistas em todas as fases da vida será um dos grandes desafios das próximas décadas.”

Para famílias, profissionais e gestores públicos, a reflexão é necessária. Se hoje o país discute com mais intensidade inclusão escolar e acesso a terapias, será igualmente importante planejar o futuro das pessoas autistas ao longo de toda a vida.

Afinal, construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva significa garantir que cada pessoa seja respeitada e apoiada não apenas na infância, mas também na vida adulta e na velhice. E essa conversa, embora ainda pouco explorada, já começou.

QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA?

O esgotamento silencioso das mães atípicas e a importância de cuidar da saúde emocional.

Entre terapias, consultas, escola e tantas responsabilidades, milhares de mães atípicas enfrentam uma jornada diária de amor e também de exaustão. Falar sobre autocuidado não é luxo: é necessidade, é sobrevivência, é amor que também se volta para quem cuida.



Enquanto grande parte das atenções está voltada para o desenvolvimento, os tratamentos e as necessidades das crianças com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento, existe uma realidade que muitas vezes permanece invisível: a saúde emocional de quem cuida diariamente dessas crianças.

Entre consultas médicas, terapias, reuniões escolares, adaptações de rotina e inúmeras responsabilidades, milhares de mães atípicas vivem uma jornada intensa, marcada por amor, dedicação e também por um desgaste físico e emocional que raramente recebe a mesma atenção. A pergunta é simples, mas profundamente necessária: quem cuida de quem cuida?

Ser mãe já representa um desafio permanente. No entanto, para mães de crianças autistas, com TDAH, síndromes genéticas, paralisia cerebral ou outras condições que demandam suporte contínuo, a carga costuma ser ainda maior. Muitas assumem o papel de cuidadoras em tempo integral e, além das responsabilidades familiares, tornam-se especialistas em terapias, organizadoras de agendas médicas, mediadoras escolares e defensoras dos direitos dos filhos.

A rotina frequentemente começa antes do amanhecer e termina muito depois que todos dormem. Em muitos casos, sobra pouco espaço para descanso, lazer ou autocuidado. Com o passar do tempo, essa sobrecarga pode gerar impactos significativos na saúde mental.

O chamado esgotamento emocional, também conhecido como burnout do cuidador, geralmente surge de forma gradual. Os primeiros sinais costumam incluir cansaço constante, irritabilidade, dificuldade para dormir e a sensação permanente de estar sobrecarregada. Quando não reconhecidos, esses sintomas podem evoluir para ansiedade, tristeza persistente, isolamento social e até quadros depressivos.



> *Cuidar de si não é abandonar o filho. É garantir forças para continuar ao lado de quem mais precisa de você.*

Um dos maiores desafios é que muitas mães acreditam que precisam ser fortes o tempo todo. Elas aprendem a colocar suas próprias necessidades em segundo plano, convencidas de que cuidar de si mesmas seria um ato de egoísmo. Na realidade, acontece exatamente o contrário. Uma cuidadora emocionalmente exausta encontra mais dificuldades para lidar com os desafios diários e oferecer o suporte que deseja proporcionar ao filho.

Outro sentimento bastante comum é a culpa. Muitas mães atípicas sentem culpa quando descansam, quando dedicam algumas horas para si mesmas ou quando pedem ajuda. A pressão social, as comparações e a ideia equivocada de que uma "boa mãe" deve estar disponível vinte e quatro horas por dia contribuem para aumentar essa cobrança interna.

No entanto, nenhum ser humano consegue sustentar indefinidamente um nível elevado de exigência sem sofrer consequências emocionais. Reconhecer os próprios limites não é sinal de fraqueza, mas um passo importante para preservar a saúde física e mental.

Nesse contexto, a rede de apoio torna-se fundamental. Familiares, amigos, profissionais de saúde, grupos de acolhimento e outras famílias podem desempenhar um papel essencial na redução da sensação de solidão que muitas mães enfrentam. Compartilhar experiências, receber ajuda prática e sentir-se compreendida pode aliviar significativamente o peso da rotina.

Especialistas também destacam a importância do autocuidado. Pequenos momentos de descanso, atividades prazerosas, exercícios físicos, acompanhamento psicológico ou simplesmente reservar alguns minutos para si podem contribuir para recuperar energia física e emocional.

Cuidar da própria saúde mental não significa cuidar menos do filho. Pelo contrário. Significa garantir condições para continuar oferecendo cuidado com equilíbrio, presença e qualidade.

Nos últimos anos, o debate sobre inclusão avançou de maneira significativa. Ainda assim, é necessário ampliar o olhar para as necessidades emocionais das famílias, especialmente das mães que assumem a maior parte das responsabilidades relacionadas ao cuidado.

Por trás de cada criança que recebe estímulos, acompanhamento e oportunidades, geralmente existe uma mãe que luta silenciosamente para que tudo aconteça. E essa mãe também merece acolhimento, respeito e cuidado.

Porque, para continuar cuidando de quem ama, é preciso lembrar de uma verdade fundamental: "ninguém consegue cuidar bem dos outros quando esquece de cuidar de si mesmo."

Inclusão que inspira...!